

ANEXO I - CONDIÇÕES GERAIS;

ÍNDICE

<u>PARTE A — DISPOSIÇÕES LEGAIS E ADMINISTRATIVAS.....</u>	<u>1</u>
Artigo II.1 - Definições.....	4
Artigo II. 2 — Obrigações gerais do beneficiário.....	5
ARTIGO II.3 — Comunicação entre as partes	6
II.3.1 Forma e meios de comunicação.....	6
II.3.2 Data das comunicações.....	6
Artigo II.4 - Responsabilidade por danos	6
Artigo II. 5 — Conflito de interesses	7
Artigo II. 6 - Confidencialidade	7
Artigo II. 7 — Tratamento de dados pessoais.....	7
II.7.1 Tratamento de dados pessoais pela Comissão	7
II.7.2 Tratamento de dados pessoais pelo beneficiário.....	8
Artigo II.8 - Visibilidade do financiamento da União.....	8
II.8.1 Informação sobre o financiamento da União e a utilização do emblema da União Europeia	8
II.8.2 Exoneração de responsabilidades da Comissão	9
Artigo II.9 - Direitos pré-existentes e propriedade e utilização dos resultados (incluindo os direitos de propriedade intelectual e industrial)	9
II.9.1 Propriedade dos resultados pelo beneficiário.....	9
II.9.2 Direitos pré-existentes	9
II.9.3 Direitos de utilização dos resultados e dos direitos preexistentes pela União.....	10
Artigo II.10 - Adjudicação de contratos necessários para a execução da Ação.....	11

Artigo II.11 - Subcontratação de tarefas integrantes da Ação.....	12
Artigo II.12 - Apoio financeiro a terceiros.....	12
Artigo II.13 - Alterações à convenção	13
Artigo II.14 - Concessão de créditos para pagamentos a terceiros.....	13
Artigo II.15 - <i>Força Maior</i>	14
Artigo II.16 - Suspensão da execução da Ação	14
II.16.1 Suspensão da execução pelo beneficiário.....	14
II.16.2 Suspensão da execução pela Comissão	14
II.16.3 Efeitos da suspensão	16
Artigo II.17 - Cessação da convenção	16
II.17.1 Cessação da Convenção pelo beneficiário.....	16
II.17.2 Cessação da Convenção pela Comissão	16
II.17.3 Efeitos da cessação.....	18
Artigo II.18 - Direito aplicável, resolução de litígios e decisões executórias	19
<u>PARTE B - DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS</u>	20
Artigo II.19 - Custos elegíveis.....	20
II.19.1 Condições de elegibilidade das despesas	20
II.19.2 Custos elegíveis diretos.....	20
II.19.3 Custos elegíveis indiretos.....	22
II.19.4 Custos não elegíveis.....	22
Artigo II.20 - Identificabilidade e verificabilidade dos montantes declarados.....	23
II.20.1 Declaração dos custos e contribuições	23
II.20.2 Registos e outros documentos comprovativos dos custos e contribuições declaradas.....	23
II.20.3 Condições para determinar a conformidade das práticas de contabilidade de custos.....	24

Artigo II.21 - Elegibilidade dos custos das entidades afiliadas ao beneficiário ...	
Artigo II.22 - Transferências orçamentais	25
Artigo II.23 - Incumprimento das obrigações de apresentação de relatórios	26
Artigo II.24 - Suspensão dos pagamentos e prazo de pagamento	26
II.24.1 Suspensão de pagamentos.....	26
II.24.2 Suspensão do prazo de pagamento	28
Artigo II.25 - Cálculo do montante final da subvenção	28
II.25.1 Passo 1 - Aplicação da taxa de reembolso aos custos elegíveis e adição das contribuições unitárias, de taxa fixa e de montante fixo	29
II.25.2 Passo 2 - Aplicar o limite do montante máximo da subvenção	29
II.25.3 Passo 3 — Aplicar a redução decorrente da regra de ausência de lucro	29
II.25.4 Passo 4 — Redução decorrente da execução incorreta ou do incumprimento de outras obrigações.....	30
Artigo II.26 — Recuperação.....	31
II.26.1 Recuperação	31
II.26.2 Procedimento de recuperação	31
II.26.3 Juros de mora	32
II.26.4 Encargos bancários.....	32
Artigo II.27 — Verificações, auditorias e avaliações	32
II.27.1 Verificações técnicas e financeiras, auditorias, e avaliações intercalares e finais	32
II.27.2 Dever de guardar a documentação.....	33
II.27.3 Obrigação de prestar informações	33
II.27.4 Visitas ao local	33
II.27.5 Procedimento contraditório de auditoria	34

II.27.6 Efeitos dos resultados da auditoria	34
II.27.7 Correção de erros sistémicos ou recorrentes, irregularidades, fraude ou incumprimento de obrigações.....	34
II.27.8 Verificações e inspeções pelo OLAF	37
II.27.9 Verificações e auditorias pelo Tribunal de Contas Europeu	37

PARTE A — DISPOSIÇÕES JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS

ARTIGO II.1 - DEFINIÇÕES

As seguintes definições são aplicáveis para efeitos da convenção:

'Ação': conjunto de atividades ou o projeto para o qual a subvenção é concedida, a serem implementados pelo beneficiário, conforme é descrito no anexo II;

'Documentação ou informação confidencial': qualquer informação ou documento (em qualquer formato) recebido por uma das Partes da outra Parte, ou consultado por qualquer uma das Partes no âmbito da execução da convenção, que qualquer uma das Partes tenha identificado por escrito como confidencial. Não inclui informações que se encontrem publicamente disponíveis;

'Conflito de interesses': uma situação onde a execução imparcial e objetiva da convenção pelo beneficiário se encontre comprometida por motivos familiares, de vida emocional, de afinidade política ou nacional, de interesse económico ou por qualquer outro interesse partilhado com a Comissão ou qualquer terceira parte relacionada com o objeto da Convenção;

'Custos diretos': os custos específicos que estão diretamente relacionados com a execução da Ação e que, por isso, poderão ser diretamente atribuídos. Não podem incluir quaisquer custos indiretos;

'Força Maior': qualquer situação ou evento imprevisível e excecional para além do controlo das partes que impede qualquer uma delas de cumprir as suas obrigações ao abrigo da Convenção, que não sejam imputáveis a erro ou a negligência por parte deles ou por parte de entidades subcontratadas, de entidades afiliadas ou de terceiros que recebem apoio financeiro e que não pode ser resolvida apesar da realização das diligências necessárias. Não podem ser invocados como motivo de *força maior*: os conflitos laborais, greves, dificuldades financeiras ou qualquer falha de um serviço, os defeitos dos equipamentos ou dos materiais ou atrasos na disponibilização dos mesmos, a não ser que resultem diretamente de um caso relevante de *força maior*;

'Notificação formal': forma de comunicação escrita entre as partes por correio ou por correio eletrónico, que fornecerá ao remetente uma prova convincente de que a mensagem foi entregue ao destinatário;

"Fraude": qualquer ato ou omissão intencional que afete os interesses financeiros da União relacionado com a utilização ou apresentação de declarações ou documentos falsos, incorretos ou incompletos, ou a não comunicação de informação em violação de uma obrigação específica;

"Período de execução": o período de execução das atividades que integram a ação, conforme especificado no artigo I.2.2;

'Custos indiretos': os custos que não são específicos e que não estão diretamente relacionados com a execução da Ação e que, por isso, não poderão ser diretamente atribuídos. Não podem incluir quaisquer custos identificáveis ou declarados como custos diretos elegíveis;

'Irregularidade': qualquer violação de uma disposição do direito da União resultante de um ato ou omissão por parte do beneficiário, que tenha, ou possa ter, por efeito lesar o orçamento da União;

"Montante máximo da subvenção": a contribuição máxima da UE para a ação, conforme definida no artigo I.3.1;

'Material preexistente': qualquer material, documento, tecnologia ou conhecimento especializado existente antes do beneficiário os utilizar na produção de um resultado da execução da ação;

'Direitos preexistentes': quaisquer direitos de propriedade industrial e intelectual sobre material preexistente; pode consistir num direito de propriedade, um direito de licença e/ou um direito de uso pertencente ao beneficiário ou terceiros;

"Pessoa relacionada": qualquer pessoa com o poder de representar o beneficiário ou de tomar decisões em nome dele;

'Data de início': a data de início da execução da Ação prevista no Artigo I.2.2;

'Subcontrato': um contrato na aceção do Artigo II.10, que abrange a execução por terceiros de tarefas que fazem parte da ação, descrita no anexo II;

'Erro substancial': qualquer violação de uma cláusula de uma convenção resultante de um ato ou omissão que cause, ou possa causar, prejuízo no orçamento da União.

ARTIGO II. 2 — OBRIGAÇÕES GERAIS DO BENEFICIÁRIO

O beneficiário:

- (a) é responsável pela realização da ação nos termos da Convenção;
- (b) deve cumprir com quaisquer obrigações legais definidas pela legislação aplicável da UE, internacional e nacional;
- (c) deve informar imediatamente a Comissão de quaisquer eventos ou circunstâncias de que o beneficiário tenha conhecimento, que possam afetar ou atrasar a execução da ação;

(d) deve informar a Comissão imediatamente:

- (i) de qualquer alteração da sua situação jurídica, financeira, técnica, organizacional ou de propriedade, e de qualquer alteração do seu nome, endereço ou representante legal;
- (ii) de qualquer alteração da sua situação jurídica, financeira, técnica, organizacional ou de propriedade das suas entidades afiliadas, e de qualquer alteração do nome, endereço ou representante legal das mesmas.

ARTIGO II.3 — COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

II.3.1 Forma e meios de comunicação

Quaisquer comunicações relacionadas com a Convenção ou com a sua execução devem:

- (a) ser realizadas por escrito (em papel ou formulário eletrónico);
- (b) incluir o número da convenção; e
- (c) ser realizadas utilizando os detalhes de comunicação identificados no Artigo I.6.

Se uma Parte solicitar confirmação escrita de uma mensagem eletrónica dentro de um prazo razoável, o remetente tem que apresentar a versão original da comunicação em papel e assinada o mais rapidamente possível.

II.3.2 Data das comunicações

Qualquer comunicação é considerada como realizada no momento em que a Parte destinatária a recebe, a não ser que a Convenção declare expressamente que a comunicação é considerada como realizada na data em que foi enviada.

No caso do correio eletrónico considera-se que foi recebido pela Parte destinatária no dia do seu envio, desde que seja enviado para o endereço eletrónico indicado no Artigo I.6. A Parte remetente tem que ser capaz de provar a data de envio. Se a parte remetente receber um relatório de mensagem não entregue, deve fazer todos os esforços para garantir que a outra parte recebe realmente a comunicação por correio eletrónico ou correio normal. Nesse caso, considera-se que a parte remetente não faltou à sua obrigação de enviar a comunicação dentro do prazo específico.

O correio enviado para a Comissão através de serviço postal ou por mensagem considera-se recebido pela Comissão na data em que foi registado pelo departamento identificado no Artigo I.6.2

As notificações formais consideram-se como recebidas pela parte destinatária na data de receção indicada no comprovativo recebido pela parte remetente, que mostra que a mensagem foi entregue ao destinatário especificado.

ARTIGO II.4 - RESPONSABILIDADE POR DANOS

II.4.1 A Comissão não é responsável por quaisquer danos causados ou sofridos pelo beneficiário, incluindo danos causados a terceiros como consequência ou durante a execução da *ação*.

II.4.2 Exceto em casos de *força maior*, o beneficiário deve compensar a Comissão por quaisquer danos sofridos como resultado da execução da *ação* ou se a *ação não foi executada em conformidade absoluta com a Convenção*.

ARTIGO II. 5 — CONFLITO DE INTERESSES

II.5.1 O beneficiário deve tomar todas as medidas necessárias para evitar situações de *conflito de interesses*.

II.5.2 o beneficiário deve informar sem demora a Comissão de qualquer situação que constitua ou que possa originar um *conflito de interesses*. Ele deve tomar imediatamente todas as medidas necessárias para corrigir esta situação.

A Comissão pode verificar se as medidas adotadas são adequadas e pode requerer que medidas adicionais sejam adotadas dentro de um prazo especificado.

ARTIGO II.6 - CONFIDENCIALIDADE

II.6.1 Durante a execução da *ação* e durante cinco anos após o pagamento do saldo, as partes devem tratar com confidencialidade todas as *informações e documentos confidenciais*.

II.6.2 As partes só podem utilizar *as informações e documentos confidenciais* por uma razão diferente da do cumprimento das suas obrigações decorrentes da Convenção se obtiverem um acordo prévio por escrito da outra Parte.

II.6.3 As obrigações de confidencialidade não se aplicam se:

- (a) a parte divulgadora concordar em libertar a outra parte dessas obrigações;
- (b) as *informações ou documentos confidenciais* se tornarem públicas através de outros meios que não a violação da obrigação de confidencialidade;
- (c) a divulgação de *informações ou documentos confidenciais* for exigida por lei.

ARTIGO II. 7 — TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

II.7.1 Tratamento de dados pessoais pela Comissão

Quaisquer danos pessoais incluídos na Convenção têm que ser processados pela Comissão em conformidade com o Regulamento (CE) nº 45/2001, bem como do Regulamento (CE) 2016/679, em vigor a partir de maio de 2018.

Estes dados serão tratados pelo responsável pelo tratamento de dados identificado no Artigo I.6.1 apenas para a execução, gestão e monitorização da Convenção ou para a proteção de

interesses financeiros da UE, incluindo verificações, auditorias e investigações em conformidade com o Artigo II.27.

O beneficiário tem o direito de aceder e corrigir os seus dados pessoais. Para o efeito, deve enviar qualquer questão sobre o tratamento dos seus dados pessoais ao responsável pelo tratamento de dados identificado no Artigo I.6.1.

O beneficiário pode, em qualquer momento, recorrer à Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.

II.7.2 Tratamento de dados pessoais pelo beneficiário

O beneficiário deve proceder ao tratamento de dados ao abrigo da Convenção em conformidade com a legislação da UE e nacional aplicável em matéria de proteção de dados (incluindo autorizações ou requisitos de notificação).

O beneficiário apenas pode conceder acesso ao seu pessoal aos dados estritamente necessários para a execução, gestão e monitorização da Convenção.

O beneficiário tem que adotar medidas de segurança adequadas, tanto a nível técnico como organizacional, tendo em conta os riscos inerentes ao tratamento de dados e à natureza dos dados pessoais em questão. De modo a:

- (a) impedir qualquer pessoa não autorizada de obter acesso aos sistemas informáticos de tratamento de dados pessoais, e especialmente:
 - (i) a leitura, cópia, alteração ou remoção não autorizada dos suportes de armazenamento;
 - (ii) a inserção de dados não autorizada, bem como qualquer divulgação, alteração ou eliminação não autorizada de dados pessoais armazenados;
 - (iii) a utilização não autorizada de sistemas de tratamento de dados através de equipamentos de transmissão de dados;
- (b) garantir que os utilizadores autorizados de um sistema de tratamento de dados apenas podem aceder aos dados pessoais permitidos pelo seu direito de acesso;
- (c) registar quais os dados pessoais comunicados, quando e a quem;
- (d) garantir que o tratamento de dados pessoais por terceiros só possa ser realizado nos moldes prescritos pela Comissão;
- (e) garantir que durante a comunicação de dados pessoais e durante o transporte de suportes dados, os dados não possam ser lidos, copiados ou eliminados sem autorização;
- (f) conceber a sua estrutura organizacional de modo a cumprir os requisitos impostos pela proteção de dados.

ARTIGO II.8 - VISIBILIDADE DO FINANCIAMENTO DA UNIÃO

II.8.1 Informação sobre o financiamento da União e a utilização do emblema da União Europeia

A menos que a Comissão solicite ou concorde, qualquer comunicação ou publicação realizada pelo beneficiário relacionada com a *ação*, incluindo em conferências, seminários ou em qualquer informação ou material promocional (como brochuras, folhetos, cartazes, apresentações, em formato eletrónico, etc.), deve:

- (a) indicam que *ação* recebeu financiamento da União; e
- (b) incluir o emblema da União Europeia.

Quando exibido em associação com outro logótipo, o emblema da União Europeia deve ter o destaque adequado.

A obrigação de exibir o emblema da União Europeia não confere ao beneficiário o direito de utilização exclusiva. O beneficiário não pode apropriar-se do emblema da União Europeia ou de outra marca ou logótipo semelhante, quer através de registo ou por qualquer outro meio.

Para efeitos do primeiro, segundo e terceiro subparágrafos e ao abrigo das condições aí especificadas, o beneficiário pode utilizar o emblema da União Europeia sem primeiro obter autorização por parte da Comissão.

II.8.2 Exoneração de responsabilidades da Comissão

Qualquer comunicação ou publicação relacionada com a *ação* realizada pelo beneficiário em qualquer forma e utilizando qualquer meio, deve indicar:

- (a) que reflete apenas o ponto de vista do autor; e
- (b) que a Comissão não é responsável pela utilização que possa ser feita das informações nelas contidas.

ARTIGO II.9 - DIREITOS PREEXISTENTES E PROPRIEDADE E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS (INCLUINDO OS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL)

II.9.1 Propriedade dos resultados pelo beneficiário

O beneficiário mantém a propriedade dos resultados da *ação*, incluindo direitos de propriedade industrial e intelectual, e dos relatórios e outros documentos com ela relacionados, a menos que seja estipulado de outra forma pela Convenção.

II.9.2 Direitos preexistentes

Se a Comissão enviar ao beneficiário um pedido por escrito, especificando quais os resultados que pretende utilizar, o beneficiário deve:

- (a) elaborar uma lista especificando todos os *direitos pré-existent*s incluídos nesses resultados; e
- (b) fornecer essa lista à Comissão o mais rápido possível com o pedido de pagamento do saldo.

O beneficiário deve assegurar que possui, ou que as suas entidades afiliadas possuem todos os direitos de utilizar *direitos preexistentes* durante a execução da Convenção.

II.9.3 Direitos de utilização dos resultados e dos direitos preexistentes pela União

O beneficiário concede à União os seguintes direitos de utilização dos resultados da *ação*:

- (a) para os seus próprios fins, em particular, para a disponibilização a pessoas que trabalhavam para a Comissão, outras instituições, agências e órgãos da União e a instituições dos Estados-Membros, bem como para os copiar e reproduzir na totalidade, ou em parte, e em um número ilimitado de cópias;
- (b) reprodução: o direito de autorizar, direta ou indiretamente, temporária ou permanentemente, a reprodução dos resultados através de quaisquer meios (mecânico, digital ou outro) e em qualquer forma, por inteiro ou em parte;
- (c) comunicação ao público: o direito de autorizar qualquer desempenho de exibição ou comunicação ao público, por fio ou sem fio, incluindo a colocação dos resultados à disposição do público de modo a que os membros do público possam acedê-las a partir do local e momento por eles escolhido individualmente; este direito também inclui a comunicação e transmissão por cabo ou por satélite;
- (d) distribuição: o direito de autorizar qualquer forma de distribuição dos resultados ou cópias dos resultados ao público;
- (e) adaptação: o direito de alterar os resultados;
- (f) tradução;
- (g) o direito de armazenar e arquivar os resultados em conformidade com as regras de gestão documental aplicáveis à Comissão, incluindo a digitalização ou conversão do formato por motivos de preservação ou nova utilização;
- (h) no caso dos resultados que são documentos, o direito de autorizar a reutilização dos documentos em conformidade com a Decisão da Comissão 2011/833/UE, de 12 de dezembro de 2011, relativa à reutilização de documentos da Comissão, caso esta Decisão seja aplicável e caso os documentos se enquadrem no âmbito da mesma e não sejam excluídos por qualquer uma das suas disposições. Para os efeitos desta disposição, os termos "reutilização" e "documento" possuem o significado atribuído pela Decisão 2011/833/EU.

Os direitos de utilização supracitados podem ser especificados mais detalhadamente nas Condições Especiais.

Outros direitos adicionais de utilização para a União podem ser previstos nas Condições Especiais.

O beneficiário deve garantir à União o direito de utilizar quaisquer direitos preexistentes incluídos nos resultados da ação. Os *direitos preexistentes* devem ser utilizados para os mesmos fins e ao abrigo das mesmas condições aplicáveis aos direitos de utilização dos resultados da *ação*, a menos que o contrário seja especificado nas Condições Especiais.

A informação sobre o titular dos direitos de autor deve ser colocada nos casos em que o resultado é divulgado pela União. A informação do direito de autor deve ser apresentada do seguinte modo: ' © — ano — nome do titular dos direitos de autor. Todos os direitos reservados. Licenciado à União Europeia sob condições.'

Se o beneficiário oferecer direitos de utilização à Comissão, isso não afeta as suas obrigações de confidencialidade nos termos do Artigo II.6 ou a obrigações do beneficiário nos termos do Artigo II.2.

ARTIGO II.10 - ADJUDICAÇÃO DE CONTRATOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO

II.10.1 Se a execução da *ação* exigir que o beneficiário adquira bens, trabalhos ou serviços, ele deverá adjudicar o contrato ao candidato que apresente a proposta economicamente mais vantajosa ou, se apropriado, ao candidato que ofereça o preço mais baixo. Ao fazê-lo, ele deve evitar qualquer *conflito de interesses*.

O beneficiário deve garantir que a Comissão, o Tribunal de Contas Europeu e o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) possam exercer os seus direitos nos termos do Artigo II.27, e também relativamente aos contratados pelo beneficiário.

II.10.2 O beneficiário que seja uma "autoridade contratante" na aceção da Diretiva 2014/24/EU², ou uma "entidade contratante" na aceção da Diretiva 2014/25/EU³ deve cumprir com as regras aplicáveis em matéria de contratos públicos.

O beneficiário deve assegurar que as condições aplicáveis ao mesmo nos termos dos Artigos II.4, II.5, II.6 e II.9 são também aplicáveis aos contratadores.

II.10.3 O beneficiário deve ser o único responsável pela realização da *ação* e pelo cumprimento das regras da Convenção.

II.10.4. Se o beneficiário infringir alguma das suas obrigações nos termos do Artigo II.10.1, os custos relacionados ao contrato em questão são considerados inelegíveis em conformidade com o Artigo II.19.2 (c), (d) e (e).

² Diretiva 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de fevereiro de 2014 relativamente aos contratos públicos e que revoga a Diretiva 2004/18/EC

³ Diretiva 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de fevereiro de 2014 relativamente aos contratos públicos celebrados por entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e que revoga a Diretiva 2004/17/CE.

Se o beneficiário infringir alguma das suas obrigações nos termos do Artigo II.10.2 a subvenção poderá ser reduzida em conformidade com o Artigo II.25.4.

ARTIGO II.11 - SUBCONTRATAÇÃO DE TAREFAS INTEGRANTES DA ACÇÃO

II.11.1 O beneficiário pode subcontratar tarefas integrantes da *ação*. Nesse caso, deve assegurar que, para além das condições especificadas no Artigo II.10, as seguintes condições também serão cumpridas:

- (a) a subcontratação não abrange as tarefas fundamentais da *ação*;
- (b) O recurso à subcontratação deve ser justificado quanto à natureza da ação e quanto às necessidades da sua execução;
- (c) os custos estimados da subcontratação devem ser claramente identificáveis no orçamento estimativo apresentado no Anexo II;
- (d) Qualquer recurso à subcontratação que não se encontre previsto no Anexo II deve ser comunicado pelo beneficiário e aprovado pela Comissão. A Comissão pode conceder aprovação:
 - (i) antes de qualquer recurso a subcontratação, caso o beneficiário solicite uma alteração, como está previsto no Artigo II.13; ou
 - (ii) após recorrer à subcontratação se a subcontratação:
 - estiver especificamente justificada no relatório técnico intercalar ou final referido nos Artigos I.4.3 e I.4.4; e
 - não implicar alterações à Convenção que possam pôr em questão a decisão da atribuição da subvenção ou que ponha em causa o tratamento de igualdade dos candidatos;
- (e) o beneficiário deve assegurar que as condições aplicáveis ao mesmo nos termos do Artigo II.8 são também aplicáveis aos subcontratantes.

II.11.2 Se o beneficiário infringir alguma das suas obrigações nos termos do Artigo 11.1 (a), (b), (c) ou (d); os custos relacionados ao contrato em questão são considerados inelegíveis em conformidade com o Artigo II.19.2 (f).

Se o beneficiário infringir alguma das suas obrigações nos termos do Artigo II.11.1 (e), a subvenção poderá ser reduzida em conformidade com o Artigo II.25.4.

ARTIGO II.12 - APOIO FINANCEIRO A TERCEIROS

II.12.1 Se, durante a execução da *ação*, o beneficiário tiver que conceder apoio financeiro a terceiros, o beneficiário deve conceder tal apoio em conformidade com as condições especificadas no Anexo II. Sob estas condições, devem constar, pelo menos, as seguintes informações:

- (a) o montante máximo do apoio financeiro. Este montante não pode exceder a quantia de 60.000 Euros por cada terceiro, a menos que o apoio financeiro seja o objetivo principal da execução da ação, conforme descrito no Anexo II;
- (b) os critérios utilizados para a determinação do montante exato do apoio financeiro;

- (c) os diferentes tipos de atividade que podem receber apoio financeiro, com base numa lista exaustiva;
- (d) as pessoas ou categoria de pessoas que podem receber apoio financeiro;
- (e) os critérios utilizados para a concessão do apoio financeiro.

II.12.2 Como uma exceção ao Artigo II.12.1, se o apoio financeiro for concedido como um prémio, o beneficiário deve conceder o apoio financeiro em conformidade com as condições especificadas no Anexo II. Sob estas condições, devem constar, pelo menos, as seguintes informações:

- (a) as condições de participação;
- (b) os critérios de concessão;
- (c) o valor do prémio;
- (d) as modalidades de pagamento.

II.12.3 O beneficiário deve garantir que as condições aplicáveis ao mesmo nos termos dos Artigos II.4, II.5, II.6, II.8, II.9 e II.27 são também aplicáveis aos terceiros que recebem apoio financeiro.

ARTIGO II.13 - ALTERAÇÕES À CONVENÇÃO

II.13.1 Qualquer alteração na convenção deve ser realizada por escrito.

II.13.2 Uma alteração não pode ter o objetivo ou o efeito de realizar alterações à Convenção que possam pôr em causa a decisão da atribuição da subvenção ou pôr em causa o tratamento de igualdade dos candidatos.

II.13.3 Qualquer pedido de alteração deve:

- (a) ser devidamente justificado;
- (b) ser acompanhado de documentos comprovativos adequados; e
- (c) ser enviados à outra parte atempadamente, antes de entrar em vigor, e seja como for, um mês antes do final do período de execução.

O ponto (c) não se aplica nos casos devidamente substanciados pela parte que requer a alteração, se a outra parte concordar.

II.13.4 No caso de uma subvenção de funcionamento, o período previsto no Artigo I.2.2. não será estendido através de alterações.

II.13.5 As alterações entram em vigor na data em que a última parte assina, ou na data de aprovação do pedido de alteração.

As alterações entram em vigor na data acordada pelas partes ou, na ausência de uma data acordada, na data em que a alteração entra em vigor.

ARTIGO II.14 - CESSÃO DE CRÉDITOS PARA PAGAMENTOS A TERCEIROS

II.14.1 O beneficiário não pode ceder nenhum dos seus créditos contra a Comissão, exceto quando aprovado pela Comissão com base em um pedido fundamentado e por escrito realizado pelo beneficiário.

Se a Comissão não aceitar a cessão ou os termos da mesma não forem respeitados, a cessão fica sem efeito.

II.14.2 Em circunstância alguma poderá a cessão libertar o beneficiário das suas obrigações para com a Comissão.

ARTIGO II.15 - FORÇA MAIOR

II.15.1 Uma parte confrontada com um caso de *força maior*, deve enviar uma notificação formal à outra parte sem demora, declarando a natureza da situação ou do evento, a sua duração prevista e efeitos previsíveis.

II.15.2 As partes devem tomar as medidas necessárias para minimizar quaisquer danos resultantes de um caso de *força maior*. Eles devem realizar todos os esforços para retomar a execução da *ação* o mais rapidamente possível.

II.15.3 A parte confrontada com um caso de *força maior* não pode ser considerada em violação das suas obrigações sob a Convenção se a razão para o incumprimento das mesmas seja derivada de um caso de *força maior*.

ARTIGO II.16 - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA ACÇÃO

II.16.1 Suspensão da execução pelo beneficiário

O beneficiário pode suspender a execução da *ação* ou qualquer parte da mesma, se circunstâncias excepcionais tornarem a referida execução impossível ou demasiado difícil, nomeadamente no caso de *força maior*

O beneficiário deve informar imediatamente a Comissão, indicando:

- (a) as razões da suspensão, incluindo os detalhes sobre a data ou o período em que ocorreram as circunstâncias excepcionais; e
- (b) a data previsível de retoma da execução.

Assim que as circunstâncias permitam que o beneficiário retome a execução da *ação*, o beneficiário deve informar imediatamente a Comissão e apresentar um pedido de alteração da Convenção, como previsto no Artigo II.16.3. Esta obrigação não é aplicável se a Convenção for cessada em conformidade com os Artigos II.17.1 ou pontos (b) ou (c) do Artigo II.17.2.1

II.16.2 Suspensão da execução pela Comissão

II.16.2.1 Motivos de suspensão

A Comissão pode suspender a execução da *ação*, ou parte dela:

- (a) se a Comissão tiver provas de que o beneficiário tenha cometido *erros substanciais, irregularidades* ou *fraude* no procedimento de concessão, ou na execução da Convenção ou se o beneficiário falhar no cumprimento das suas obrigações nos termos da Convenção;
- (b) se a Comissão tiver provas de que o beneficiário tenha cometido erros sistémicos ou recorrentes, *irregularidades, fraude* ou um incumprimento grave das suas obrigações em outras subvenções financiadas pela União ou pela Comunidade Europeia da Energia Atómica ("Euratom") concedidas ao beneficiário sob condições semelhantes e os erros, *irregularidades, fraude* ou violação tenham um impacto notável nesta subvenção; ou
- (c) se a Comissão suspeitar que o beneficiário de facto cometeu *erros substanciais, irregularidades, fraude* ou violação das obrigações na concessão da subvenção ou durante a execução da Convenção e necessite de verificar se efetivamente ocorreram.

II.16.2.2 Procedimento de suspensão

Passo 1 - Antes de suspender a execução da *ação*, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário:

- (a) informando-o:
 - (i) da intenção de suspender a execução;
 - (ii) das razões da suspensão;
 - (iii) das condições necessárias para retomar a execução nos casos referidos nos pontos
(a) e (b) do Artigo II.16.2.1; e
- (b) convidando-o a apresentar as suas observações no prazo de 30 dias após a receção da notificação formal.

Passo 2 — Se a Comissão não receber as observações ou se decidir prosseguir o procedimento apesar das observações que recebeu, deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário informando-o:

- (a) da suspensão da execução;
- (b) das razões da suspensão; e
- (c) das condições necessárias para retomar a execução nos casos referidos nos pontos (a) e
(b) do Artigo II.16.2.1; ou
- (d) da data de execução indicada para a verificação necessária no caso referido no ponto
(c) do Artigo II. 16.2.1.

A suspensão entra em vigor no dia em que a *notificação formal* é recebida pelo beneficiário ou numa data posterior especificada na *notificação formal*.

Caso contrário, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário informando-o que não pretende prosseguir com o procedimento de suspensão.

II.16.2.3 Retoma da execução

Para retomar a execução, o beneficiário deve tomar as medidas indicadas o mais rapidamente possível e deve informar a Comissão de qualquer progresso neste sentido.

Se as condições para a retoma da execução se encontrarem cumpridas ou se as verificações necessárias forem realizadas, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário:

- (a) informando-o de que as condições para o levantamento da suspensão encontram-se cumpridas; e
- (b) pedir ao mesmo para apresentar um pedido de alteração da Convenção como previsto no Artigo II.16.3. Esta obrigação não é aplicável se a Convenção for cessada em conformidade com os Artigos II.17.1 ou pontos (b), (f) ou (g) do Artigo II.17.2.1

II.16.3 Efeitos da suspensão

Se a execução da *ação* puder ser retomada e a Convenção não se encontrar cessada, deve realizar-se uma alteração da Convenção em conformidade com o Artigo II.13., de modo a:

- (a) marcar a data em que a *ação* deve ser retomada;
- (b) estender a duração da *ação*; e
- (c) realizar outras alterações necessárias para adaptar a *ação* à nova situação.

A suspensão é levantada com efeitos a partir da data da retoma indicada na alteração. Esta data pode ser anterior à data em que a alteração entra em vigor.

Os custos incorridos durante o período de suspensão relacionados com a execução da *ação* suspensa, ou a parte suspensa da *ação*, não são reembolsados ou cobertos pela subvenção.

A suspensão da execução da *ação* não afeta o direito de a Comissão cessar a Convenção em conformidade com o Artigo II.17.2, nem o direito de reduzir o montante da subvenção ou de recuperar montantes indevidamente pagos como está previsto nos Artigos II.25.4 e no II.26.

Nenhuma das partes pode solicitar indemnizações devido à suspensão requerida pela outra parte.

ARTIGO II.17 – CESSAÇÃO DA CONVENÇÃO

II.17.1 Cessação da Convenção pelo beneficiário

O beneficiário pode cessar a Convenção.

O beneficiário deve enviar uma *notificação formal* de cessação à Comissão, declarando:

- (a) as razões para a sua cessação; e
- (b) a data em que a cessação entra em efeito. A data indicada deve ser posterior à *notificação formal*.

Se o beneficiário não indicar as razões da cessação ou se a Comissão considerar que as razões não justificam a cessação, considera-se que a Convenção foi cessada inapropriadamente.

A cessação entra em efeito no dia especificado na *notificação formal*.

II.17.2 Cessação da Convenção pela Comissão

II.17.2.1 Causas da cessação

A Comissão pode cessar a Convenção, se:

- (a) uma alteração jurídica, financeira, técnica, organizacional ou de propriedade do beneficiário seja suscetível de afetar a execução da Convenção de um modo substancial ou se colocar em causa a decisão de concessão da subvenção;
- (b) o beneficiário não executar a *ação* conforme descrito no Anexo II ou se falhar no cumprimento de outra obrigação substancial incumbida pela Convenção;
- (c) a execução da *ação* for impedida ou se estiver suspensa devido a um caso de *força maior* ou circunstâncias excecionais e que:
 - (i) façam a retoma impossível; ou
 - (ii) façam que as alterações necessárias coloquem em causa a decisão de concessão da subvenção da Convenção, ou que ponha em causa o tratamento de igualdade dos candidatos;
- (d) o beneficiário ou qualquer outra pessoa que assuma a responsabilidade ilimitada pelas dívidas do beneficiário é abrangido por qualquer uma das situações previstas nos pontos (a) ou (b) do Artigo 106 (1) do Regulamento Financeiro;⁴
- (e) o beneficiário ou *outra pessoa relacionada* é abrangido por qualquer uma das situações previstas nos pontos (c), (d), (e) ou (f) do Artigo 106 (1) ou é abrangido no Artigo 106 (2) do Regulamento Financeiro;
- (f) se a Comissão tiver provas de que o beneficiário ou *outra pessoa relacionada* cometeram *erros substanciais*, *irregularidades* ou *fraude* no procedimento da concessão ou durante a execução da Convenção, incluindo se o beneficiário ou *a pessoa relacionada* submeteram informações falsas ou falharam em entregar informações exigidas;
- (g) se a comissão tiver provas de que o beneficiário cometeu erros sistémicos ou recorrentes, irregularidades, fraude ou infringiu as suas obrigações em outras subvenções concedidas ao mesmo por outra União ou pela Euratom sob condições semelhantes, caso esses erros, irregularidades, fraude ou incumprimento tenham um impacto notável nesta subvenção; ou
- (h) se a Comissão enviar ao beneficiário uma *notificação formal* pedindo-lhe para cessar a participação da sua entidade afiliada porque essa entidade encontra-se numa situação prevista nos pontos (e), (f) ou (g) e o beneficiário tenha falhado em pedir uma alteração para terminar a participação da entidade e a reafetação das suas tarefas.

II.17.2.2 Procedimento de cessação

Passo 1- antes de cessar a Convenção, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário:

- (a) informando-o:
 - (i) da sua intenção de cessação;

⁴ Regulamento (EU, Euratom) nº 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União.

- (ii) as razões para a sua cessação; e
- (b) solicitando-o no prazo de 45 dias a contar a partir da data de receção da notificação formal:
 - (i) para apresentar as suas observações; e
 - (ii) no caso descrito no ponto (b) do Artigo II.17.2.1, para informar a Comissão sobre as medidas tomadas de modo a garantir o cumprimento das obrigações previstas na Convenção.

Passo 2 —Se a Comissão não receber observações ou se decidir prosseguir com o procedimento apesar das observações recebidas, deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário informando-o da cessação e da data em que entra em efeito.

Caso contrário, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário informando-o que não pretende prosseguir com o procedimento de cessação.

A cessação entra em efeito:

- (a) em cessações previstas nos pontos (a), (b) e (d) do Artigo II.17.2.1: no dia especificado na *notificação formal* da cessação referida no segundo subparágrafo (isto é, no Passo 2);
- (b) em cessações previstas nos pontos (c), (e), (f), (g) e (h) no Artigo II.17.2.1: no dia seguinte à receção pelo beneficiário da *notificação formal* da cessação referida no segundo subparágrafo (isto é, no Passo 2).

II.17.3 Efeitos da cessação

II.17.3.1 Efeitos da cessação da Convenção:

No prazo de 60 dias a partir do dia em que a cessação entra em efeito, o beneficiário deve apresentar um pedido de pagamento do saldo, como previsto no Artigo I.4.4.

Se a Comissão não receber o pedido de pagamento do saldo até ao prazo supracitada, apenas os custos incluídos no relatório técnico aprovado, e se for caso disso, em uma declaração financeira aprovada, são reembolsados ou cobertos pela subvenção.

Se a Convenção for cessada pela Comissão porque o beneficiário infringiu a sua obrigação de apresentar o pedido de pagamento, o beneficiário não poderá apresentar qualquer pedido de pagamento após a cessação. Nesse caso aplica-se o segundo subparágrafo.

A Comissão calcula o montante final da subvenção como se encontra referido no Artigo II.25 e o saldo como descrito no Artigo I.4.5, com base nos relatórios apresentados. Só os custos incorridos antes da cessação entrar em efeito serão reembolsados ou cobertos pela subvenção. Os custos relacionados com contratos cuja execução só ocorreu após a cessação não são tidos em conta, e não são reembolsados ou cobertos pela subvenção.

A Comissão pode reduzir a subvenção, em conformidade com o Artigo II.25.4, no caso de:

- (a) cessação inapropriada da Convenção pelo beneficiário em aceção com o Artigo II.17.1; ou
- (b) cessação da Convenção pela Comissão com base em qualquer uma das causas previstas nos pontos (b), (e), (f), (g) e (h) do Artigo II.17.2.1

Nenhuma das partes poderá solicitar indemnizações baseadas na cessação da Convenção por outra parte.

Após a cessação, as obrigações do beneficiário continuam a aplicar-se, nomeadamente as previstas nos Artigos I.4, II.6, II.8, II.9, II.14, II.27 e em disposições adicionais sobre a utilização dos resultados, como descrito nas Condições Especiais.

ARTIGO II.18 - DIREITO APLICÁVEL, RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E DECISÕES EXECUTÓRIAS

- II.18.1** A Convenção é regida pela legislação aplicável da União, complementado, onde necessário, pela legislação da Bélgica.
- II.18.2** Nos termos do Artigo 272 do TFUE, o Tribunal Geral ou, em recurso de apelação, o Tribunal de Justiça da União Europeia, têm jurisdição exclusiva para ouvir qualquer litígio entre a União e qualquer beneficiário relacionado com a interpretação, aplicação ou validade da Convenção, caso o litígio não consiga ser resolvido amigavelmente.
- II.18.3** Nos termos do Artigo 299 do TFUE, para efeitos de recuperação, em aceção com o Artigo II.26, a Comissão poderá adotar uma decisão executória para impor obrigações pecuniárias a pessoas que não sejam Estados.

Uma *ação* poderá ser interposta contra a decisão perante o Tribunal Geral da União Europeia, em conformidade com o Artigo 263 do TFUE.

PARTE B - DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

ARTIGO II.19 - CUSTOS ELEGÍVEIS

II.19.1 Condições de elegibilidade dos custos

Os custos elegíveis da ação são os custos efetivamente incorridos pelo beneficiário e que preenchem os seguintes critérios:

- (a) foram incorridos dentro do *período de execução*, com exceção dos custos relacionados com o pedido de pagamento do saldo e os correspondentes documentos comprovativos, como descrito no Artigo I.4.4;
- (b) que são indicados no orçamento estimado. O orçamento estimado consta do anexo II;
- (c) que são incorridos em relação à *ação*, conforme descrito no Anexo II, e são necessários para a sua execução;
- (d) que são identificáveis e verificáveis, nomeadamente os que constam nos documentos contabilísticos do beneficiário e que são determinados de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis do país em que o beneficiário se encontra estabelecido e de acordo com o custo habitual da prática contabilística do beneficiário;
- (e) obedecem aos requisitos da legislação fiscal e social aplicável; e
- (f) são razoáveis, justificados e preenchem o princípio da boa gestão financeira, nomeadamente em relação à economia e à eficiência.

II.19.2 Custos diretos elegíveis

Para serem elegíveis, os *custos diretos da ação* devem cumprir as condições de elegibilidade definidas no Artigo II.19.1.

Em particular, as seguintes categorias de custos são *custos diretos elegíveis*, desde que cumpram as condições de elegibilidade definidas no Artigo II.19.1, bem como as seguintes condições:

- (a) os custos dos trabalhadores que se encontram sob um contrato de trabalho com o beneficiário ou um ato de nomeação equivalente atribuído à *ação*, desde que estes custos se encontrem em consonância com as políticas habituais do beneficiário quanto à remuneração.

Estes custos incluem os salários mais as contribuições para a segurança social e outros custos legais incluídos na remuneração. Poderão ainda incluir remunerações adicionais, incluindo pagamentos com base em contratos suplementares independentemente da natureza dos mesmos, desde que sejam pagos de maneira consistente sempre que seja necessário o mesmo tipo de trabalho ou experiência, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

Os custos com pessoas singulares que trabalhem ao abrigo de um contrato realizado com o beneficiário que não seja um contrato de trabalho, ou que sejam destacados ao

beneficiário por terceiros a título oneroso poderão também ser incluídos nos custos de pessoal, desde que estejam preenchidas as seguintes condições:

- (i) a pessoa trabalha sob condições semelhantes àsquelas de um empregado (em particular, em relação ao modo como o trabalho é organizado, como as tarefas são realizadas e às instalações onde são realizadas);
 - (ii) o resultado do trabalho pertente ao beneficiário (a menos que acordado, exceccionalmente, de modo contrário); e
 - (iii) os custos não são significativamente diferentes dos custos de pessoal a desempenhar tarefas semelhantes ao abrigo de contrato de trabalho celebrado como beneficiário;
- (b) as despesas de viagem e ajudas de custo relacionadas, desde que esses custos se encontrem em linha com as práticas habituais do beneficiário em matéria de deslocações;
- (c) Os custos de depreciação do equipamento ou de outros ativos (novos ou em segunda mão), conforme registados nas declarações contabilísticas do beneficiário, desde que o ativo:
- (i) seja amortizado de acordo com as normas internacionais de contabilidade e as práticas contabilísticas habituais do beneficiário; e
 - (ii) tenha sido comprado de acordo com o Artigo II.10.1, caso a compra tenha ocorrido dentro do período de execução;

Os custos de aluguer ou locação de equipamento ou outros ativos também são elegíveis, desde que esses custos não excedam os custos de depreciação de equipamento ou ativos semelhantes e sejam isentos de qualquer taxa financeira;

Na determinação de custos só se poderá ter em conta a parte dos custos de depreciação de equipamento, de aluguer ou de locação correspondente ao período de execução e correspondente à taxa de utilização efetiva para efeitos da ação. Exceccionalmente, o custo total da compra de equipamento poderá estar elegível ao abrigo das Condições Especiais, se forem justificadas pela natureza da ação e pelo contexto de utilização do equipamento e dos ativos;

- (d) os custos de consumíveis e de fornecimentos, desde que:
- (i) sejam comprados em conformidade com o Artigo II.10.1; e
 - (ii) estejam diretamente atribuídos à ação;
- (e) os custos decorrentes diretamente dos requisitos impostos pela Convenção (difusão de informação, avaliação específica da ação, auditorias, traduções, reprodução), incluindo

os custos de garantias financeiras solicitadas, desde que os serviços correspondentes sejam comprados em conformidade com o Artigo II.10.1;

- (f) os custos decorrentes de *subcontratos* na aceção do Artigo II.11, desde que as condições estabelecidas no Artigo II.11.1 (a), (b), (c) e (d) sejam preenchidas;
- (g) os custos de apoio financeiro a terceiros na aceção do Artigo II.12, desde que as condições estabelecidas nesse Artigo sejam preenchidas;
- (h) os deveres, impostos e encargos pagos pelo beneficiário, nomeadamente o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), desde que sejam incluídos nos custos diretos elegíveis, e salvo disposição em contrário na Convenção.

II.19.3 Custos elegíveis indiretos

Para serem elegíveis, os *custos indiretos* da *ação* devem representar uma parcela justa das despesas totais do beneficiário e devem cumprir com as condições de elegibilidade indicadas no Artigo II.19.1.

Os *custos indiretos* elegíveis devem ser declarados com base em uma taxa fixa de 7% do valor total de *custos diretos* elegíveis, salvo disposição em contrário no Artigo I.3.2.

II.19.4 Custos não elegíveis

Para além de quaisquer outros custos que não preencham as condições indicadas no Artigo II.19.1, os seguintes custos poderão não ser considerados elegíveis:

- (a) o retorno sobre capital e dividendos pagos pelo beneficiário;
- (b) as dívidas e encargos da dívida;
- (c) as provisões para perdas ou dívidas;
- (d) os juros devedores;
- (e) os créditos duvidosos;
- (f) as perdas cambiais;
- (g) os custos de transferência da Comissão cobrados pelo banco do beneficiário;
- (h) os custos declarados pelo beneficiário sob uma outra ação que tenha recebido uma subvenção financiada pelo orçamento da União. Nestas subvenções incluem-se subvenções concedidas por um Estado-membro e financiadas pelo orçamento da União e subvenções concedidas por entidades que não a Comissão para efeitos de execução do orçamento da União. Em particular, se o beneficiário receber uma subvenção de funcionamento financiada pelo orçamento da UE ou da Euratom, o beneficiário não poderá declarar custos indiretos durante o(s) período(s) abrangidos pela subvenção de funcionamento, a menos que se demonstre que a subvenção de funcionamento não abrange quaisquer custos da ação;
- (i) as contribuições em espécie de terceiros;
- (j) as despesas excessivas ou imprudentes;
- (k) o IVA dedutível.

ARTIGO II.20 - IDENTIFICABILIDADE E VERIFICABILIDADE DOS MONTANTES DECLARADOS

II.20.1 Declaração dos custos e contribuições

O beneficiário deve declarar como custos elegíveis ou como uma contribuição solicitada:

- (a) para custos reais: os custos efetivamente decorrentes da *ação*;
- (b) para custos unitários ou contribuições unitárias: o montante obtido pela multiplicação do valor por unidade especificado no Anexo IV pelo número efetivo de unidades utilizadas ou produzidas;
- (c) para custos de montante fixo ou contribuições de montante fixo: o montante global especificado no Artigo I.3.2, se as tarefas correspondentes ou parte da *ação*, conforme descrito no Anexo II, foram executadas corretamente;
- (d) para custos de taxa fixa ou contribuições de taxa fixa: o montante obtido aplicando a taxa fixa especificada no Artigo I.3.2;
- (e) para os custos unitários declarados com base nas práticas contabilísticas habituais de custo do beneficiário: o montante obtido pela multiplicação do valor por unidade calculado de acordo com as práticas contabilísticas de custo habituais do beneficiário pelo número efetivo de unidades utilizadas ou produzidas.
- (f) para custos de montante fixo declarados com base nas práticas contabilísticas de custo habituais do beneficiário: o montante global calculado de acordo com as práticas contabilísticas de custo habituais, se as tarefas correspondentes ou parte da *ação* forem executadas corretamente;
- (g) para os custos de taxa fixa declarada com base nas práticas contabilísticas habituais de custo do beneficiário: o montante obtido aplicando a taxa fixa calculada de acordo com as práticas contabilísticas habituais de custo do beneficiário.

II.20.2 Registos e outros documentos comprovativos dos custos e contribuições declaradas

O beneficiário deve fornecer os seguintes elementos, caso lhe seja solicitado no âmbito de verificações ou auditorias descritas no Artigo II.27:

- (a) para custos reais: documentos comprovativos adequados para comprovar os custos declarados, tais como contratos, faturas e documentos contabilísticos.

Além disso, os procedimentos habituais de contabilidade e controlo interno do beneficiário devem permitir a conciliação direta dos montantes declarados com os montantes registados nas suas demonstrações contabilísticas e com os montantes indicados nos documentos comprovativos;

- (b) para os custos unitários ou contribuições unitárias: documentos comprovativos adequados para comprovar o número de unidades declaradas.

O beneficiário não precisa de identificar os custos elegíveis efetivos cobertos ou de fornecer documentos comprovativos, tais como demonstrações contabilísticas, para comprovar o montante declarado por unidade;

- (c) para custos de montante fixo ou contribuições de montante fixo: documentos comprovativos adequados para comprovar que a *ação* foi executada corretamente.

O beneficiário não precisa de identificar os custos elegíveis efetivos cobertos ou de apresentar documentos comprovativos, tais como demonstrações contabilísticas, para provar o montante declarado como montante fixo;

- (d) para custos de taxa fixa ou contribuições de taxa fixa: documentos comprovativos adequados para provar os custos elegíveis ou a contribuição solicitada à qual a taxa fixa se aplica.

O beneficiário não precisa de identificar os custos elegíveis efetivos cobertos ou de fornecer documentos comprovativos, tais como demonstrações contabilísticas, para a taxa fixa aplicada.

- (e) para custos unitários declarados com base nas práticas contabilísticas de custo habituais do beneficiário: documentos comprovativos adequados para provar o número de unidades declaradas;
- (f) para custos de montante fixo declarados com base nas práticas contabilísticas de custo habituais do beneficiário: documentos comprovativos adequados para provar que a *ação* foi executada corretamente;
- (g) para custos de taxa fixa declarados com base nas práticas contabilísticas de custo habituais do beneficiário: documentos comprovativos adequados para provar os custos elegíveis aos quais a taxa fixa se aplica.

II.20.3 Condições para determinar a conformidade das práticas de contabilidade de custos

II.20.3.1 No caso dos pontos (e), (f) e (g) do Artigo II.20.2, o beneficiário não precisa de identificar os custos elegíveis efetivos cobertos, mas deve assegurar que as práticas contabilísticas de custo utilizadas para declarar os custos elegíveis encontram-se em conformidade com as seguintes condições:

- (a) as práticas de contabilidade de custo utilizadas são as suas práticas de contabilidade de custo habituais e são aplicadas de forma consistente, com base em critérios objetivos independentes da fonte de financiamento;
- (b) os custos declarados podem ser diretamente conciliados com os montantes registados na sua contabilidade geral; e
- (c) as categorias de custos utilizadas na determinação de custos declarados são isentas de quaisquer custos inelegíveis ou custos cobertos por outras formas de subvenção, conforme previsto no Artigo I.3.2.

II.20.3.2 Se as Condições Especiais o providenciarem, o beneficiário poderá apresentar um pedido à Comissão pedindo-lhe para avaliar a conformidade das suas práticas de contabilidade de custo habituais. Se exigido pelas Condições Especiais, o pedido deve ser acompanhado por um certificado de conformidade das práticas de contabilidade de custo ("certificado de conformidade das práticas de contabilidade de custos").

O certificado de conformidade das práticas de contabilidade de custos deve ser:

- (a) elaborado por um revisor oficial de contas ou, se o beneficiário for um organismo público, por um agente público e independente; e
- (b) elaborado em conformidade com o Anexo VII.

o certificado deve atestar que as práticas de contabilidade de custos do beneficiário utilizadas para declarar os custos elegíveis estão em conformidade com as condições expostas no Artigo II.20.3.1 e com as condições adicionais que poderão estar previstas nas Condições Especiais.

II.20.3.3 Se a Comissão confirmar que as práticas de contabilidade de custo habituais do beneficiário se encontram em conformidade, os custos declarados na aplicação destas práticas não poderão ser contestados *ex post*, se:

- (a) as práticas efetivamente utilizadas se encontram em conformidade com as aprovadas pela Comissão; e
- (b) o beneficiário não escondeu qualquer informação para efeitos de aprovação das suas práticas de contabilidade de custos.

ARTIGO II.21 - ELEGIBILIDADE DOS CUSTOS DAS ENTIDADES AFILIADAS AO BENEFICIÁRIO

Se as Condições Especiais incluírem uma disposição sobre as entidades afiliadas ao beneficiário, os custos incorridos por essas entidades são elegíveis, se:

- (a) satisfizerem as mesmas condições nos termos dos Artigos II.19 e II.20 do mesmo modo que se aplicam ao beneficiário; e
- (b) o beneficiário deve assegurar que as condições aplicáveis ao mesmo nos termos dos Artigos II.4, II.5, II.6, II.8, II.10, II.11 e II.27 também são aplicáveis à entidade.

ARTIGO II.22 - TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTAIS

O beneficiário está autorizado a ajustar o orçamento estimado definido no Anexo II através de transferências entre as diferentes categorias orçamentais, se *ação* for executado em conformidade com o descrito no Anexo II. Este ajustamento não requer uma alteração à Convenção, como está previsto no Artigo II.13.

No entanto, o beneficiário não pode adicionar custos relacionados com *subcontratos* não previstos no Anexo II, a menos que os *subcontratos* adicionais sejam aprovados pela Comissão em conformidade com o Artigo II.11.1(d):

Os primeiros dois subparágrafos não são aplicáveis a montantes que, nos termos do Artigo I.3.2, assumem a forma de montantes fixos.

ARTIGO II.23 - INCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS

A Comissão pode cessar a Convenção nos termos do Artigo II.17.2.1(b) e pode reduzir a subvenção nos termos do Artigo II.25.4, se o beneficiário:

- (a) não apresentar um pedido de pagamento intercalar ou de pagamento do saldo acompanhado dos documentos referidos nos Artigos I.4.3 ou I.4.4 no prazo de 60 dias após o fim do período de apresentação de relatório correspondente; e
- (b) ainda não apresentar o pedido no prazo de 60 dias após a notificação escrita enviada pela Comissão.

ARTIGO II.24 - SUSPENSÃO DOS PAGAMENTOS E PRAZO DE PAGAMENTO

II.24.1 Suspensão de pagamentos

II.24.1.1 Razões para suspensão

A Comissão poderá, a qualquer momento, suspender, por inteiro ou em parte, o pagamento de prefinanciamento e os pagamentos intercalares ao beneficiário ou o pagamento do saldo ao beneficiário:

- (a) se a Comissão tiver provas de que o beneficiário tenha cometido erros substanciais, irregularidades ou fraude no procedimento de concessão, ou na execução da Convenção ou se o beneficiário falhar no cumprimento das suas obrigações nos termos da Convenção;
- (b) se a Comissão tiver provas de que o beneficiário tenha cometido erros sistémicos ou recorrentes, *irregularidades*, *fraude* ou um incumprimento grave das suas obrigações em outras subvenções financiadas pela União ou pela Comunidade Europeia da Energia Atómica ("Euratom") concedidas ao beneficiário sob condições semelhantes e os erros, *irregularidades*, *fraude* ou violação tenham um impacto notável nesta subvenção; ou
- (c) se a Comissão suspeitar que o beneficiário de facto cometeu *erros substanciais*, *irregularidades*, fraude ou violação das obrigações na concessão da subvenção ou durante a execução da Convenção e necessite de verificar se efetivamente ocorreram.

II.24.1.2 Procedimento de suspensão

Passo 1 - Antes da suspensão de pagamentos, a Comissão deve enviar uma notificação formal ao beneficiário:

(a) informando-o:

- (i) da sua intenção de suspender pagamentos;
- (ii) das razões da suspensão;
- (iii) nos casos referidos nos pontos (a) e (b) do Artigo II.24.1.1, das condições que devem ser preenchidas para retomarem os pagamentos; e

(b) convidando-o a apresentar as suas observações no prazo de 30 dias após a receção da notificação formal.

Passo 2 — Se a Comissão não receber as observações ou se decidir prosseguir com o procedimento apesar das observações que recebeu, deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário informando-o:

- (a) da suspensão dos pagamentos;
- (b) das razões da suspensão;
- (c) das condições necessárias para que os pagamentos possam ser retomados nos casos referidos nos pontos (a) e (b) do Artigo II.24.1.1;
- (d) da data indicativa de conclusão da verificação necessária no caso referido no ponto (c) do Artigo II.24.1.1.

A suspensão entra em efeito no dia em que a Comissão envia a *notificação formal* de suspensão (Passo 2).

Caso contrário, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário informando-o que não pretende prosseguir com o procedimento de suspensão.

II.24.1.3 Efeitos da suspensão

Durante o período de suspensão dos pagamentos, o beneficiário não tem o direito de apresentar quaisquer pedidos de pagamento e documentos comprovativos referidos nos Artigos I.4.3. e I.4.4.

Os pedidos de pagamentos e documentos comprovativos correspondentes poderão ser apresentados logo que possível após a retoma de pagamentos ou poderão ser incluídos no primeiro pedido de pagamento devido após a retoma de pagamentos, em conformidade com o horário estipulado no Artigo I.4.1.

A suspensão de pagamentos não afeta o direito do beneficiário de suspender a execução da *ação*, conforme previsto no Artigo II.16.1, ou o direito de cessar a Convenção, conforme previsto no Artigo II.17.1.

II.24.1.4 Retoma de pagamentos

Para que a Comissão retome os pagamentos, o beneficiário deve tomar as medidas indicadas o mais rapidamente possível e deve informar a Comissão de qualquer progresso neste sentido.

Se as condições para a retoma de pagamento estiverem preenchidas, a suspensão será levantada. A Comissão enviará uma *notificação formal* ao beneficiário informando-o disto.

II.24.2 Suspensão do prazo de pagamento

II.24.2.1 A Comissão poderá, a qualquer momento, suspender o prazo de pagamento especificado nos Artigos I.4.2, I.4.3 e I.4.5 se um pedido de pagamento não puder aprovado por:

- (a) não estar conforme com a Convenção.
- (b) não terem sido apresentados os documentos comprovativos adequados; ou
- (c) existirem dúvidas sobre a elegibilidade dos custos declarados na demonstração financeira e seja necessário verificações, avaliações, auditorias ou investigações adicionais.

II.24.2.2 A Comissão deve enviar uma notificação formal ao beneficiário informando-o:

- (a) da suspensão; e
- (b) das razões da suspensão;

A suspensão entra em efeito no dia em que a Comissão envia a *notificação formal*.

II.24.2.3 Se as condições que resultaram na suspensão do prazo de pagamento deixarem de existir, a suspensão será levantada e recomeçará a contagem do período restante.

Se a suspensão for superior a dois meses, o beneficiário poderá inquirir à Comissão se a suspensão vai continuar.

Se o prazo de pagamento tiver sido suspenso devido a relatórios técnicos ou demonstrações financeiras que não estão em conformidade com a Convenção e o relatório revisto ou a demonstração revista não tiverem sido apresentados, ou foram, de facto, apresentados mas rejeitados, a Comissão poderá cessar a Convenção nos termos do Artigo II.17.2.1(b) e poderá reduzir a subvenção nos termos do Artigo II.25.4.

ARTIGO II.25 - CÁLCULO DO MONTANTE FINAL DA SUBVENÇÃO

O montante final da subvenção depende da extensão em que a *ação* foi executada em conformidade com os termos da Convenção.

O montante final da subvenção é calculado pela Comissão no momento do pagamento do saldo. O cálculo envolve os seguintes passos:

Passo 1 - Aplicação da taxa de reembolso aos custos elegíveis e adição das contribuições unitárias, de taxa fixa e de montante fixo

Passo 2 - Aplicar o limite *máximo da subvenção*

Passo 3 — Aplicar a redução decorrente da regra de ausência de lucro

Passo 4 — Aplicar a redução decorrente da execução incorreta ou do incumprimento de outras obrigações

II.25.1 Passo 1 - Aplicação da taxa de reembolso aos custos elegíveis e adição das contribuições unitárias, de taxa fixa e de montante fixo

Este passo é aplicado da seguinte forma:

- (a) Se, tal como previsto no Artigo I.3.2., a subvenção assumir a forma de reembolso de custos elegíveis, a taxa de reembolso especificada no Anexo III é aplicada aos custos elegíveis da *ação* aprovada pela Comissão nas correspondentes categorias de custo, dos beneficiários e das entidades afiliadas ao mesmo;
- (b) Se, tal como previsto no Artigo I.3.2, a subvenção assumir a formação de contribuição unitária, a contribuição unitária especificada no Anexo IV é multiplicada pelo número efetivo de unidades aprovadas pela Comissão para o beneficiário e as entidades afiliadas ao mesmo;
- (c) Se, tal como previsto no Artigo I.3.2, a subvenção assumir a forma de contribuição de montante fixo, a Comissão aplica o montante fixo neste Artigo para o beneficiário e as entidades afiliadas do mesmo, se a Comissão considerar que as tarefas correspondentes ou parte da *ação* foram executadas corretamente em conformidade com o Anexo II;
- (d) Se, tal como previsto no Artigo I.3.2, a subvenção assumir a forma de contribuição de taxa fixa, a taxa fixa referida neste Artigo é aplicada aos custos elegíveis ou à contribuição aprovada pela Comissão para o beneficiário e as entidades afiliadas ao mesmo.

Se o Artigo I.3.2 prever uma combinação de diferentes formas de subvenção, os montantes recebidos devem ser somados.

II.25.2 Passo 2 - Aplicar o limite do montante máximo da subvenção

O montante total pago ao beneficiário pela Comissão não poderá, em circunstância alguma, exceder o *montante máximo da subvenção*.

Se o montante obtido após o Passo 1 for maior do que o montante máximo, o montante máximo da subvenção será limitado a este último.

II.25.3 Passo 3 — Aplicar a redução decorrente da regra de ausência de lucro

A subvenção não poderá produzir lucro para o beneficiário, a menos que o contrário seja especificado nas Condições Especiais.

O "lucro" significa um excedente do montante obtido após os Passos 1 e 2, mais as receitas totais da *ação*, sobre os custos elegíveis totais da *ação*.

Os custos elegíveis totais da *ação* são os custos totais elegíveis consolidados aprovados pela Comissão para as categorias de custo reembolsas de acordo com o Artigo I.3.2.

As receitas totais da *ação* são as receitas totais consolidadas estabelecidas, geradas ou confirmadas na data em que o pedido de pagamento do saldo é elaborado pelo beneficiário.

Os seguintes são considerados receitas:

- (a) o rendimento gerado pela *ação*;
- (b) as contribuições financeiras dadas por terceiros ao beneficiário ou a uma entidade afiliada, se forem atribuídas especificamente pelos terceiros para o financiamento dos custos elegíveis da *ação* reembolsadas pela Comissão em conformidade com o Artigo I.3.2.

Os seguintes não são considerados receitas:

- (a) as contribuições financeiras de terceiros, se puderem ser utilizadas para cobrir custos que não sejam custos elegíveis nos termos da Convenção;
- (b) contribuições financeiras por terceiros sem obrigação de retribuição de montantes não utilizados no fim do *período de execução*.
- (c) no caso de uma subvenção de funcionamento, os montantes dedicados à constituição de reservas.

Se existir lucro, o mesmo será deduzido em proporção à taxa final de reembolso dos custos elegíveis efetivos da *ação* aprovados pela Comissão para as categorias de custos referidas no Artigo I.3.2. Esta dedução será aplicada ao montante calculado seguindo os passos 1 e 2.

II.25.4 Passo 4 — Redução decorrente da execução incorreta ou do incumprimento de outras obrigações

A Comissão poderá reduzir o *montante máximo da subvenção* se *ação* não for executada corretamente, como descrito no Anexo II (isto é, caso não tenha sido executada ou tenha sido executada incorreta, parcial ou tardiamente), ou se outra obrigação não tenha sido cumprida ao abrigo da Convenção.

O montante da redução será proporcional ao grau em que a *ação* foi incorretamente executada ou à gravidade do incumprimento.

Antes da Comissão reduzir a subvenção, a mesma deve enviar uma notificação formal ao beneficiário:

- (a) informando-o:
 - (i) da sua intenção de reduzir o *montante máximo da subvenção*;
 - (ii) do montante que tenciona reduzir na subvenção;
 - (iii) as razões da redução; e

- (b) convidando-o a apresentar as suas observações no prazo de 30 dias após a receção da notificação formal.

Se a Comissão não receber as observações ou se decidir prosseguir com a redução apesar das observações que recebeu, ela enviará uma notificação formal informando o beneficiário da sua decisão.

Se a subvenção for reduzida, a Comissão deve calcular o montante da subvenção reduzida deduzindo o montante da redução (calculado em proporção à execução incorreta da ação ou à gravidade do incumprimento das obrigações) ao montante máximo da subvenção.

O montante final da subvenção será o menor dos dois seguintes:

- (a) o montante obtido após os Passos 1 a 3; ou
- (b) o montante da subvenção reduzida após o Passo 4.

ARTIGO II.26 — RECUPERAÇÃO

II.26.1 Recuperação

Sempre que um montante seja recuperado nos termos do acordo, o beneficiário deve reembolsar o montante em questão à Comissão.

O beneficiário é responsável pelo reembolso de qualquer montante indevidamente pago às suas entidades afiliadas pela Comissão como contribuição de custos incorridos.

II.26.2 Procedimento de recuperação

Antes da recuperação, a Comissão enviar uma notificação formal ao beneficiário:

- (a) Informando-a da sua intenção de recuperar o montante indevidamente pago;
- (b) especificando o montante em dívida e as razões da recuperação; e
- (c) convidando o beneficiário a apresentar quaisquer observações dentro de um período especificado.

Se não tiverem sido apresentadas observações ou se, apesar das observações apresentadas pelo beneficiário, a Comissão decidir prosseguir com o procedimento de recuperação, a Comissão poderá confirmar a recuperação através do envio de uma notificação formal ao beneficiário consistindo de uma nota de débito, especificando os termos e a data do pagamento.

Se o pagamento não for realizado até à especificada na nota de débito, a Comissão recuperará o montante devido:

- (a) por compensação, sem o consentimento prévio do beneficiário, de quaisquer montantes devidos ao beneficiário pela Comissão ou por uma agência de execução (do orçamento da União ou Comunidade Europeia da Energia Atómica) ("compensação");

Em circunstâncias excecionais, de modo a salvaguardar os interesses financeiros da União, a Comissão poderá proceder à compensação antes da data prevista.

Uma ação poderá ser interposta contra a compensação perante o Tribunal Geral da União Europeia, em conformidade com o Artigo 263º da TFUE.

- (b) recorrendo à garantia financeira, quando prevista nos termos do Artigo I.4.2 ("recorrendo à garantia financeira");
- (c) através de uma ação judicial nos termos previstos no Artigo II.18.2 ou nas Condições Especiais, ou através da adoção de uma decisão executória nos termos do Artigo II.18.3.

II.26.3 Juros de mora

Se o pagamento não for efetuado até à data estipulada na nota de débito, o montante a ser recuperado será aumentado por juros de mora, à taxa indicada no Artigo I.4.13, a partir do dia seguinte à data de pagamento estipulada na nota de débito até à data, inclusive, em que a Comissão receba o pagamento total do montante.

Os pagamentos parciais são creditados primeiramente aos encargos e aos juros de mora, e depois ao capital.

II.26.4 Encargos bancários

Os encargos bancários incorridos no processo de recuperação são assumidos pelo beneficiário, a menos que a Diretiva 2007/64/EC⁵ se aplique.

ARTIGO II.27 — VERIFICAÇÕES, AUDITORIAS E AVALIAÇÕES

II.27.1 Verificações técnicas e financeiras, auditorias, e avaliações intercalares e finais

A Comissão poderá, durante a execução da *ação* ou posteriormente, realizar verificações e auditorias técnicas e financeiras de modo a determinar que o beneficiário está a executar a *ação* corretamente e está a cumprir com as obrigações decorrentes da Convenção. A Comissão também poderá verificar os registos legais do beneficiário para fins de avaliação periódica de montantes fixos, custos unitários ou montantes de taxa fixa.

As informações e os documentos fornecidos para efeitos de verificações ou auditorias devem ser tratados com confidencialidade.

Além disso, a Comissão poderá realizar uma avaliação intercalar ou final do impacto da *ação*, medido de acordo com o objetivo do programa da União.

⁵Diretiva 2007/64/EC⁵ do Parlamento Europeu do Conselho, de 13 de novembro de 2007, relativa aos serviços de pagamento no mercado interno, que altera as Diretivas 97/7/CE, 2002/65/CE, 2005/60/CE e 2006/48/CE e revoga a Diretiva 97/5/EC.

As verificações, auditorias ou avaliações da Comissão podem ser realizadas diretamente pela a equipa da Comissão, ou por outro organismo externo autorizado pela Comissão a fazê-lo em seu nome.

A Comissão poderá iniciar essas verificações, auditorias ou avaliações durante a execução da Convenção e por um período de cinco anos a partir da data de pagamento do saldo. Este período é limitado a três anos se o *montante máximo da subvenção* não for superior a 60.000 EUR.

Os procedimentos de verificação, auditoria ou avaliação são considerados como iniciados na data de receção da carta da Comissão a anunciá-lo.

Se a auditoria é realizada a uma entidade afiliada, o beneficiário deve informar essa entidade afiliada.

II.27.2 Dever de guardar a documentação

O beneficiário deve guardar todos os documentos originais, especialmente os registos de contabilidade e fiscais, armazenados num meio adequado, incluindo originais digitalizados quando autorizados pelas respetivas legislações nacionais e ao abrigo das condições aí previstas, durante um período de cinco anos a partir da data de pagamento do saldo.

O período de tempo em que o beneficiário deve guardar a documentação é limitado a três anos se o *montante máximo da subvenção* não for superior a 60.000 EUR.

Os períodos definidos no primeiro e no segundo subparágrafos são maiores se existir auditorias, recursos, litígios ou reivindicação de créditos em curso relativamente à subvenção, inclusive nos casos referidos no Artigo II.27.7. Em tais casos, o beneficiário deve guardar a documentação até que as auditorias, recursos, litígios ou reivindicações de créditos se encontrem encerrados.

II.27.3 Obrigação de prestar informações

O beneficiário deve fornecer qualquer tipo de informação, incluindo informação em formato eletrónico, solicitada pela Comissão ou por qualquer outro corpo externo autorizado pela Comissão.

Se o beneficiário não cumprir com a obrigação prevista no primeiro subparágrafo, a Comissão pode considerar:

- (a) inelegível qualquer custo insuficientemente substanciado por informações fornecidas pelo beneficiário;
- (b) indevida qualquer contribuição unitária, de montante fixo ou montante de taxa fixa insuficientemente substanciada por informações fornecidas pelo beneficiário.

II.27.4 Visitas ao local

Durante uma visita ao local, o beneficiário deve permitir que os funcionários da Comissão ou a pessoal externo autorizado pela Comissão acedam aos locais e instalações onde *ação* é ou foi executada, e a todas as informações necessárias, incluindo as que se encontram em formato eletrónico.

O beneficiário deve assegurar que a informação se encontra prontamente disponível no momento da visita ao local e que a informação solicitada seja entregue de forma apropriada.

Se o beneficiário recusar o acesso aos locais, instalações e às informações, conforme exposto no primeiro e no segundo subparágrafos, a Comissão pode considerar:

- (a) inelegível qualquer custo insuficientemente substanciado por informações fornecidas pelo beneficiário;
- (b) indevida qualquer contribuição unitária, de montante fixo ou montante de taxa fixa insuficientemente substanciada por informações fornecidas pelo beneficiário.

II.27.5 Procedimento contraditório de auditoria

Com base nas conclusões da auditoria, deve ser elaborado um relatório provisório ("projeto de relatório de auditoria". O relatório deve ser enviado pela Comissão, ou pelo seu representante autorizado, ao beneficiário, que terá um prazo de 30 dias a partir da data de receção do relatório para apresentar as suas observações. O relatório final ("relatório final de auditoria") deve ser enviado ao beneficiário no prazo de 60 dias a contar da expiração do prazo para a apresentação de observações.

II.27.6 Efeitos das conclusões da auditoria

Com base nas conclusões finais da auditoria, a Comissão poderá tomar medidas que considere necessárias, incluindo a recuperação total, ou parte dela, dos pagamentos efetuados pela mesma, como previsto no Artigo II.26.

No caso de conclusões finais de auditoria após o pagamento do saldo, o montante a ser recuperado correspondente à diferença entre o montante final revisto da subvenção, determinado de acordo com o Artigo II.25, e o montante total pago ao beneficiário nos termos da Convenção para a execução da *ação*.

II.27.7 Correção de erros sistémicos ou recorrentes, irregularidades, fraude ou incumprimento de obrigações

II.27.7.1 A Comissão poderá estender as conclusões da auditoria de outra subvenções a esta se:

- (a) for descoberto que o beneficiário cometeu erros sistémicos ou recorrentes, *irregularidades, fraude* ou incumpriu obrigações em outras subvenções da UE ou da

- Euratom sob condições semelhantes, e se estes erros, *irregularidades, fraude* ou incumprimento de obrigações tenham um impacto notável nesta subvenção; e
- (b) as conclusões finais da auditoria forem enviadas ao beneficiário através de uma *notificação formal*, juntamente com a lista de subvenções afetadas pelas conclusões dentro do período referido no Artigo II.27.1.

A extensão das conclusões pode resultar na:

- (a) rejeição dos custos como inelegíveis;
- (b) redução da subvenção, como previsto no Artigo II.25.4;
- (c) recuperação de montantes indevidos, como previsto no Artigo II.26;
- (d) suspensão de pagamentos, como previsto no Artigo II.24.1;
- (e) suspensão da execução da *ação*, como previsto no Artigo II.16.2
- (f) cessação, como previsto no Artigo II.17.3.

II.27.7.2 A comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário informando-o de erros sistémicos ou recorrentes e da sua intenção de estender as conclusões da auditoria, juntamente com a lista de subvenções afetadas.

- (a) Se as conclusões dizem respeito à elegibilidade dos custos, o procedimento é o seguinte:

Passo 1 — A *notificação formal* deve incluir:

- (i) um convite para apresentar as observações sobre a lista de subvenções afetadas pelas conclusões;
- (ii) um pedido para apresentar demonstrações financeiras revistas para todas as subvenções afetadas;
- (iii) Onde possível, a taxa de correção para extrapolação estabelecida pela Comissão para calcular montantes a ser rejeitados com base nos erros sistémicos ou recorrentes, *irregularidades, fraude* ou incumprimento de obrigações, se o beneficiário:
 - considerar que a apresentação de demonstrações financeiras revistas não é possível ou praticável; ou
 - não apresentar demonstrações financeiras revistas.

Passo 2 — O beneficiário tem um prazo de 60 dias a partir do momento de receção da *notificação formal* para apresentar observações e as demonstrações financeiras revistas ou para propor um método de correção alternativo devidamente substanciado. Este período pode ser prorrogado pela Comissão em casos justificados.

Passo 3 — Se o beneficiário apresentar demonstrações financeiras revistas que tenham em conta as conclusões da Comissão, a Comissão determinará o montante a ser corrigido com base nessas demonstrações revistas.

Se o beneficiário propuser um método de correção alternativo e a Comissão o aceitar, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário informando-o:

- (i) que aceita o método alternativo;
- (ii) dos custos elegíveis revistos determinados a partir da aplicação deste método.

Caso contrário, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário informando-o:

- (i) que não aceita as observações ou o método alternativo proposto;
- (ii) dos custos elegíveis revistos determinados pela aplicação do método de extrapolação inicialmente notificado ao beneficiário.

Se os erros sistémicos ou recorrentes, *irregularidades*, *fraude* ou o incumprimento das obrigações forem detetados após o pagamento do saldo, o montante a recuperar corresponde à diferença entre:

- (i) o montante final revisto da subvenção, determinado de acordo com o Artigo II.25 com base nos custos elegíveis revistos declarados pelo beneficiário e aprovado pela Comissão, ou com base nos custos elegíveis revistos após a extrapolação; e
- (ii) o montante total pago ao beneficiário nos termos da Convenção para a execução da *ação*;

(b) se as conclusões disserem respeito a uma execução inadequada ou a um incumprimento de outra obrigação, o procedimento é o seguinte:

Passo 1 — A *notificação formal* deve incluir:

- (i) um convite ao beneficiário para apresentar as observações sobre a lista de subvenções afetadas pelas conclusões e
- (ii) a taxa fixa de correção que a Comissão pretende aplicar ao *montante máximo da subvenção*, ou a parte da mesma, de acordo com o princípio da proporcionalidade.

Passo 2 — O beneficiário tem um prazo de 60 dias a partir do momento de receção da *notificação formal* para apresentar observações ou para propor uma taxa fixa de correção alternativa devidamente substanciada.

Passo 3 — Se a Comissão aceitar a taxa fixa alternativa proposta pelo beneficiário, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário informando-o:

- (i) que aceita a taxa fixa alternativa;
- (ii) do montante corrigido da subvenção aplicando a taxa fixa proposta.

Caso contrário, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário informando-o:

- (i) que não aceita as observações a taxa fixa alternativa proposta;

- (ii) do montante corrigido da subvenção aplicando a taxa fixa inicialmente notificada ao beneficiário.

Se os erros sistémicos ou recorrentes, *irregularidades*, *fraude* ou o incumprimento das obrigações forem detetados após o pagamento do saldo, o montante a recuperar corresponde à diferença entre:

- (i) o montante final revisto da subvenção após a aplicação da correção da taxa fixa; e
- (ii) o montante total pago ao beneficiário nos termos da Convenção para a execução da *ação*.

II.27.8 Verificações e inspeções pelo OLAF

O Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) possui os mesmos direitos que a Comissão, nomeadamente o direito de acesso, para efeitos de verificações e investigações.

Sob o Regulamento do Conselho (Euratom, CE) nº 2185/96⁶ e o Regulamento (UE, Euratom) nº 883/2013,⁷ o OLAF poderá também realizar verificações e inspeções no local em conformidade com os procedimentos estabelecidas pelo Direito da União para a proteção dos interesses financeiros da União contra a *fraude* e outras *irregularidades*.

Onde seja adequado, as conclusões do OLAF poderão levar a Comissão a recuperar montantes do beneficiário.

Além disso, as conclusões resultantes de uma investigação do OLAF poderão resultar em ações penais ao abrigo da legislação nacional.

II.27.9 Verificações e auditorias pelo Tribunal de Contas Europeu

O Tribunal de Contas Europeu possui os mesmos direitos que a Comissão, nomeadamente o direito de acesso, para efeitos de verificações e auditorias.

⁶ Regulamento do Conselho (Euratom, CE) nº 2185/96, de 11 de novembro de 1996, relativo às verificações e inspeções no local realizadas pela Comissão de modo a proteger os interesses financeiros das Comunidades Europeias contra a fraude e outras irregularidades.

⁷ Regulamento (UE, Euratom) n 883/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de setembro de 2013, relativo às investigações realizadas pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF).